

ANO 5

2012

IFDM

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

ANO BASE 2010

Expediente

Sistema FIRJAN — Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Diretoria Geral do Sistema FIRJAN

Diretor Augusto Franco Alencar

Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Associativo

Diretora Luciana Costa M. de Sá

Gerência de Estudos Econômicos

Gerente Guilherme Mercês

Equipe Técnica

Tatiana d'Aboim Inglez Sanchez

Jonathas Goulart

Marcio Afonso

Gabriel Bicharra Santini Pinto

William Figueiredo

Pedro Nakashima

Tomaz Leal (Estagiário)

Leonardo Oliveira (Estagiário)

Elaboração do Estudo

DDE — Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Associativo

GEE — Gerência de Estudos Econômicos

www.firjan.org.br/ifdm

ANO 5
2012



IFDM
ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL



Índice

Resumo Executivo	1
Introdução	7
Resultados de 2010	9
Panorama Geral	9
Capitais	10
Estados	12
Resultados da Década	14
Panorama Geral	14
BOX: Um Brasil sem desenvolvimento	16
Regiões do Brasil	17
Áreas de Desenvolvimento	21
I. Emprego&Renda	21
II. Educação	23
III. Saúde	25
Nota Metodológica	28

ANO 5
2012



IFDM
ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Resumo Executivo

Referência para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) acompanha três áreas: Emprego e Renda, Educação e Saúde e utiliza-se exclusivamente de estatísticas públicas oficiais¹. Sua leitura é simples, o índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Além disso, sua metodologia possibilita determinar com precisão se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas, ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios.

A edição 2012 do IFDM traz uma particularidade importante. Como faz referência ao ano de 2010, além das comparações com o ano anterior, permite uma análise detalhada das transformações socioeconômicas que marcaram o Brasil na primeira década do século XXI. A seguir, um resumo dos resultados:

- O IFDM Brasil 2010 atingiu 0,7899 pontos, mantendo a classificação de desenvolvimento moderado. Essa pontuação é 3,9% maior do que a registrada em 2009, refletindo não só a recuperação da economia brasileira em 2010, frente à crise mundial de 2008/2009, como também conquistas importantes na área de Educação. Por sua vez, o indicador de Saúde ficou praticamente estável em relação ao último resultado.
- Entre as capitais, Curitiba—PR, São Paulo—SP e Vitória—ES mantiveram as três primeiras colocações. Além disso, algumas movimentações chamaram a atenção: Porto Velho—RO entrou no seleto rol de municípios com alto desenvolvimento, enquanto Teresina—PI e Maceió—AL foram as únicas capitais a registrar recuo no IFDM 2010.
- No ranking do IFDM—Estados 2010, São Paulo e Paraná mantiveram as duas primeiras colocações pelo sexto ano consecutivo. O grande destaque, no entanto, coube a Santa Catarina, estado que alcançou grau de alto desenvolvimento (IFDM acima de 0,8 pontos) e assumiu a terceira colocação, que antes pertencia ao Rio de Janeiro. Minas Gerais e Rio Grande do Sul também entraram no rol dos estados com alto grau de desenvolvimento. Alagoas seguiu com o pior desempenho: praticamente não evoluiu no IFDM 2010, mantendo-se como o único estado brasileiro com grau de desenvolvimento regular (abaixo de 0,6 pontos).
- O recorte da década mostra evidente mudança nos níveis de desenvolvimento dos municípios brasileiros. Em 2000, 18,2% possuíam índices de baixo desenvolvimento, em 2010, esse percentual praticamente se extinguiu, limitando-se a apenas 0,3%. Isso significa que somente 6 municípios brasileiros ainda têm acesso precário a condições básicas de saúde e educação e um mercado de trabalho muito pouco desenvolvido. Em paralelo, houve redução significativa do percentual de municípios de desenvolvimento regular, de 51,4% para 32,9%

¹ As fontes primárias de dados são os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e da Saúde.

- Esses movimentos desencadearam uma grande migração de municípios para as classificações mais altas de desenvolvimento. Com efeito, ao longo da última década a participação de municípios com IFDM moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos) mais que dobrou, passando de 30,1% em 2000 (1.655 municípios) para 61,0% em 2010 (3.391 municípios). O grupo de municípios de alto desenvolvimento (IFDM acima de 0,8 pontos) também cresceu, mas ainda são poucos: em 2000, eram apenas 19, agora são 328 municípios.
- Ainda que imagem clássica de “dois Brasis” permaneça, os dados mostram evidente mudança nos padrões de desenvolvimento da região Nordeste, assim como a ascensão do Centro-Oeste a padrões semelhantes aos observados no Sudeste e no Sul e a consolidação de áreas de alto desenvolvimento, em especial no interior de SP. Da mesma forma, fica evidente que um dos principais desafios para a segunda década do milênio ainda é levar o desenvolvimento ao interior da região Nordeste e aos extremos da região Norte.
- A leitura dos resultados regionais evidencia as diversidades que caracterizam o Brasil. Por um lado, as regiões Sul e Sudeste – que juntas possuem 51% dos municípios brasileiros – mantiveram maciça predominância entre os 500 maiores IFDMs com 91,2% de participação em 2010. Por outro lado, Norte e Nordeste – onde estão 40% dos municípios brasileiros – permaneceram dominantes entre os 500 menores, tendo aumentado ainda mais a participação para 96,4 % dos municípios nessa faixa do ranking em 2010.
 - Na última década, a região Sul se consolidou como a mais desenvolvida do Brasil, praticamente todos os municípios (96,6%) evoluíram no período. Com efeito, em 2010, 97,2% foram classificados com desenvolvimento moderado a alto – em 2000 esse percentual era de 55,1%. Dessa forma, a região é também a que apresenta a menor desigualdade entre seus municípios.
 - A região Sudeste também se destacou na última década, quando 93,9% de seus municípios registraram crescimento do IFDM. Essa região concentra as cidades mais desenvolvidas do país: 86 dos 100 maiores IFDMs são do Sudeste. Apesar disso, quando comparada à região Sul, mostra-se significativamente mais desigual: 10,4% dos seus municípios estão abaixo de 0,6 pontos, proporção três vezes superior a da região Sul.
 - Em 2010, 88,5% dos municípios do Centro-Oeste registraram IFDM acima de 0,6 pontos (quadrantes Azul e Amarelo), percentual muito próximo ao observado na região Sudeste (89,7%). Em 2000, apenas 18,4% dos municípios da região estavam nessa situação. Esse movimento refletiu não só o avanço do indicador de *Emprego&Renda*, impulsionado pelo desenvolvimento do agronegócio, como também melhorias nas áreas de *Educação e Saúde*.
 - O Nordeste foi a região brasileira que mais evoluiu na última década: 97,8% dos seus municípios apresentaram crescimento do IFDM. Esse movimento refletiu, sobretudo, a melhoria

dos indicadores de Saúde e Educação. Não obstante, a distância em relação às regiões SE, S e CO permanece grande, haja vista que 67,6% dos municípios nordestinos ainda apresentam IFDM abaixo de 0,6 pontos, isto é, têm nível de desenvolvimento baixo ou regular.

- A região Norte destoou das demais regiões do país, não só pela baixa pontuação alcançada por seus municípios no IFDM, como, principalmente, pela lenta evolução ao longo da década. É a região mais atrasada do País: 77% dos municípios ainda têm desenvolvimento regular ou baixo.
- A vertente *Emprego&Renda* exerceu a principal contribuição para a evolução do resultado de 2010. O indicador aumentou 8,6% em apenas um ano, passando de 0,7286 para 0,7914 pontos, patamar superior ao observado no pré-crise. Esse movimento refletiu a geração recorde de empregos naquele ano, combinada com aumento real da renda.
- Em 2010, dois municípios alcançaram a nota máxima (1,00) nessa vertente: Ipojuca—PE, pelo segundo ano consecutivo, e Araucária—PR. No outro extremo do ranking do IFDM—*Emprego&Renda* está Pajeú do Piauí—PI (0,0474 pontos). Entre as capitais brasileiras, destacou-se Porto Velho—RO (0,9786), que manteve o primeiro lugar em função da significativa movimentação de trabalhadores para atender às obras das usinas de Jirau e Santo Antônio. No que diz respeito aos indicadores consolidados dos estados, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná mantiveram-se no topo pelo quinto ano consecutivo. Mais dois estados obtiveram grau de alto desenvolvimento nessa vertente em 2010: Minas Gerais e Rio Grande do Sul.
- Em que pese o cenário econômico favorável de 2010, apenas 152 dos 5.563 municípios brasileiros obtiveram a classificação de alto desenvolvimento na vertente *Emprego&Renda*. Esse resultado reflete a presença de mercados locais de trabalho pouco formalizados. Os dados mostram ainda que esse quadro pouco se alterou ao longo dos últimos 10 anos. Em 2000, mais de 95% dos municípios possuíam classificação baixa ou regular de desenvolvimento nessa vertente, em 2010, esse número continuou alto: 87,8%.
- A Educação manteve a tendência de evolução observada nos últimos anos e alcançou 0,7692 pontos, desenvolvimento moderado, com crescimento do indicador em 81,5% dos municípios. Em 2010, nove municípios atingiram a nota máxima no IFDM—*Educação*, todos de São Paulo: Marapoama, Meridiano, Taguaí, Fernão, Santa Salete, Turmalina, Rubineia, Dolcinópolis, Oscar Bressane, estes dois últimos repetindo o desempenho de 2009. Na outra ponta do ranking, o pior resultado ficou com Bagre—PA (0,3746 pontos).

- Entre os 100 melhores resultados do IFDM—*Educação* 2010, 98 são paulistas. Entre os 500 melhores, são 486 paulistas. Já entre os 500 piores resultados, a Bahia segue com o maior número de municípios (191), seguida pelo Pará (68). Em linha com o resultado de seus municípios, o índice consolidado do estado de São Paulo o colocou, mais uma vez, como primeiro do ranking estadual no IFDM—*Educação*, com 0,9143 pontos, seguido do Espírito Santo, Distrito Federal, Santa Catarina e Minas Gerais, todos com status de alto desenvolvimento em educação.
- Na comparação entre 2000 e 2010, houve melhora em quase todos os municípios brasileiros (mais de 98%), o que reforça a existência de reais e contínuos avanços na área de educação no Brasil. No IFDM—*Educação* 2010, 88,2% dos municípios foram classificados como de desenvolvimento moderado e alto (acima de 0,6 pontos), percentual mais de duas vezes superior aos 39,7% observados em 2000.
- Na Saúde o indicador manteve-se em patamar elevado, atingindo 0,8091 pontos. Houve crescimento de apenas 0,9% em 2010, quando 64,8% dos municípios avançaram nessa área de desenvolvimento. Apenas três municípios atingiram a nota máxima (1,00) no IFDM—*Saúde* 2010: Rancho Alegre d'Oeste—PR, Dom Pedro de Alcântara—RS e Santo Antônio de Palma—RS. Na outra ponta do ranking de saúde, o menor índice ficou com São Paulo de Olivença—AM (0,4421).
- O estado do Paraná manteve-se em primeiro lugar (0,8948 pontos), seguido por São Paulo (0,8834) e pelo Rio Grande do Sul (0,8737). Pelo sexto ano consecutivo, os municípios do Rio Grande do Sul são os mais representativos no topo do ranking desta vertente: 173 dos 500 maiores IFDMs—Saúde são gaúchos. Entre as capitais, os melhores resultados foram obtidos por Curitiba (0,9535), Vitória (0,9024) e Goiânia (0,8950). Já as últimas colocações couberam, novamente, a Porto Velho (0,7284), Manaus (0,7187) e Macapá (0,6685).
- Entre 2000 e 2010, mais de 93% dos municípios brasileiros registraram crescimento do indicador. Mais do que isso, o número de municípios que superou os 0,8 pontos no IFDM—*Saúde* mais do que triplicou no período, passando de 17,2% em 2000 para 53,5% em 2010.

Introdução

Referência para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) acompanha três áreas: Emprego e Renda, Educação e Saúde e utiliza-se exclusivamente de estatísticas públicas oficiais². Sua leitura é simples, o índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Além disso, sua metodologia possibilita determinar com precisão se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas, ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios.

Nas análises, o cenário socioeconômico no qual os municípios estão inseridos deve ser considerado, haja vista sua influência no comportamento dos índices. Além disso, a ênfase da leitura não deve apenas se restringir a uma questão de posição no ranking, mas sim de se verificar se, de fato, houve progresso de um determinado município ou região, em dado período de tempo.

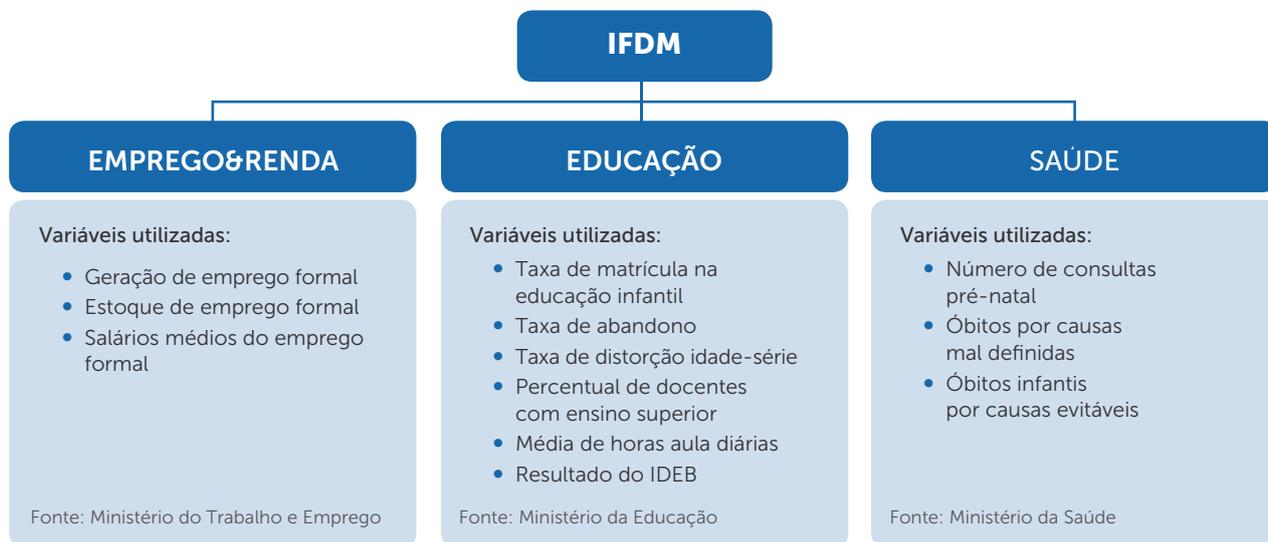
A edição 2012 do IFDM traz uma particularidade importante. Como faz referência ao ano de 2010, além das comparações com o ano anterior, permite uma análise detalhada das transformações socioeconômicas que marcaram o Brasil na última década. O estudo está dividido em três grandes blocos: *Resultados de 2010*, *Resultados da Década* e *Áreas de desenvolvimento*. No primeiro, são apresentados os principais determinantes do IFDM 2010, assim como os resultados das capitais e dos estados, em um ano marcado pela recuperação frente a crise econômica de 2009. O segundo bloco lança um olhar sobre o desenvolvimento brasileiro na última década, identificando padrões específicos em cada região do país. Por fim, são apresentados os resultados das vertentes *Emprego & Renda*, *Educação* e *Saúde*, em comparações tanto com 2009 quanto com 2000.

O IFDM distingue-se por ter periodicidade anual e por acompanhar o desenvolvimento de todos os 5.565 municípios brasileiros. Contudo, embora o recorte seja municipal, é possível gerar um resultado nacional discriminado por Unidades da Federação, graças à divulgação oficial das variáveis componentes do índice por estados e para o País.

Abaixo, quadro-resumo das variáveis que compõem o cálculo do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (ver nota metodológica em anexo).

² As fontes primárias de dados são os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e da Saúde.

Quadro-Resumo das Variáveis Componentes do IFDM – por Área de Desenvolvimento



Resultados de 2010

Panorama Geral

Brasil retornou à trilha do desenvolvimento em 2010, após a crise econômica de 2009.

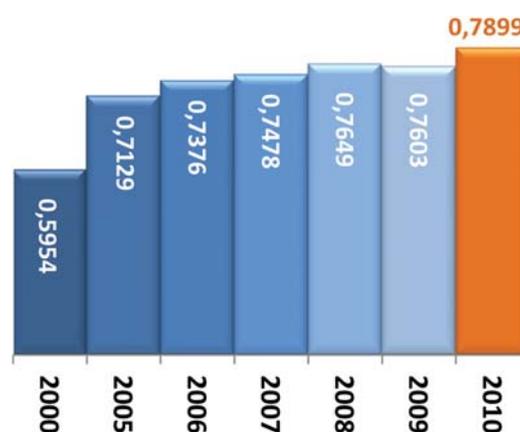
O IFDM Brasil 2010 atingiu 0,7899 pontos, mantendo a classificação de desenvolvimento moderado. Essa pontuação é 3,9% maior do que a registrada em 2009, refletindo não só a recuperação da economia brasileira em 2010, frente à crise mundial de 2008/2009, como também conquistas importantes na área de Educação. Por sua vez, o indicador de *Saúde* ficou praticamente estável em relação ao último resultado.

De fato, a principal contribuição para o resultado de 2010 partiu da vertente *Emprego&Renda*. O indicador aumentou 8,6% em apenas um ano, passando de 0,7286 para 0,7914 pontos, patamar superior ao observado no pré-crise. Esse movimento reflete a geração recorde de mais de dois milhões de empregos naquele ano, combinada com aumento real da renda³. Apesar do significativo crescimento, o IFDM-*Emprego&Renda* avançou em pouco mais da metade (52,2%) das cidades brasileiras, onde foram gerados 75% dos empregos com carteira assinada em 2010. Isso mostra que o mercado formal de trabalho brasileiro ainda é significativamente concentrado.

A área de Educação manteve a tendência de evolução observada nos últimos anos e alcançou 0,7692 pontos, desenvolvimento moderado. Isso representa um avanço de 2,5% do IFDM-Educação 2010, com crescimento em 81,5% dos municípios. Em particular, destacou-se a expansão no atendimento da educação infantil no Brasil, que em 2010 progrediu em mais de 80% dos municípios. Assim, o atendimento a crianças em idade pré-escolar subiu de 34,9% em 2009 para 40,1% em 2010.

Na Saúde o indicador manteve-se em patamar elevado, atingindo 0,8091 pontos. Houve crescimento de apenas 0,9% em 2010, quando 64,8% dos municípios avançaram nessa área de desenvolvimento. Entre as variáveis de saúde básica acompanhadas, o destaque de 2010 ficou a cargo do aumento do número de gestantes com sete ou mais consultas pré-natal — isso ocorreu em quase 70% do país. Ainda assim, apenas 5,3% dos municípios têm mais de 90% das gestantes nessa situação.

Gráfico 1: IFDM



³ Vale lembrar que em 2010 o país registrou o maior crescimento econômico dos últimos 24 anos, após um ano de PIB negativo.

Capitais

Em 2010, as três primeiras colocações do IFDM novamente ficaram com Curitiba—PR, São Paulo—SP e Vitória—ES, que desde 2005 revezam no topo do ranking. No restante da tabela, contudo, há movimentos importantes. Por um lado, vale destacar o desempenho de Porto Velho—RO (15º), capital que não só manteve a pontuação de alto desenvolvimento em *Emprego&Renda*, como também apresentou evolução em *Saúde* e *Educação*. Dessa forma, em 2010 entrou no seletor rol de municípios com alto desenvolvimento. Por outro lado, chamou a atenção o recuo dos indicadores de Teresina—PI e Maceió—AL, em ambas as cidades influenciado por variações negativas tanto em *Emprego&Renda* quanto em *Saúde*.

Com exceção de Maceió, todas as capitais localizadas na parte mais baixa do ranking apresentaram evolução positiva do IFDM. Destaque para Rio Branco—AC e São Luís—MA, que galgaram posições pautadas no desempenho da vertente *Emprego&Renda*, o primeiro influenciado pelo aumento da renda média e o segundo pela geração de empregos na construção civil.

Os dados mostram que o desempenho do mercado de trabalho exerceu influência significativa sobre o resultado das capitais, que em 2010 foram responsáveis por quase 40% dos mais de dois milhões de empregos gerados no país. Com efeito, o IFDM—*Emprego&Renda* manteve-se acima de 0,8 pontos em todas as capitais brasileiras, com exceção da última colocada Manaus—AM. Além disso, avançou em 19 delas.

O bom desempenho do mercado de trabalho, no entanto, não foi o único vetor de crescimento nas capitais. Pelo contrário, no IFDM—*Educação* apenas São Luís — MA não apresentou variação positiva frente a 2009. Apesar disso, em 2010 apenas oito capitais obtiveram a classificação de alto desenvolvimento (indicador acima de 0,8 pontos) na área de educação. Na saúde, o crescimento das capitais frente a 2009 foi moderado, assim como observado em âmbito nacional. Nessa área, no entanto, o alto desenvolvimento é mais disseminado do que em *Educação*, haja vista que 17 capitais já sustentam IFDM—*Saúde* superior a 0,8 pontos.

A Tabela I apresenta os resultados do IFDM e de suas vertentes nas capitais, para os anos de 2010 e 2009.

Tabela I: Capitais: IFDM e Vertentes

CAPITAIS	IFDM 2010	IFDM 2009	var. 10/09	Emprego e Renda			Educação			Saúde		
				2010	2009	Var	2010	2009	Var	2010	2009	Var
Brasil	0,7899	0,7603	3,9%	0,7914	0,7286	8,6%	0,7692	0,7506	2,5%	0,8091	0,8018	0,9%
PR CURITIBA	1º 0,9024	3º 0,8731	3,4%	0,9126	0,8522	7,1%	0,8410	0,8163	3,0%	0,9535	0,9508	0,3%
SP SÃO PAULO	2º 0,8969	1º 0,8930	0,4%	0,8718	0,8799	-0,9%	0,9250	0,9121	1,4%	0,8940	0,8870	0,8%
ES VITÓRIA	3º 0,8927	2º 0,8838	1,0%	0,8976	0,8748	2,6%	0,8782	0,8786	0,0%	0,9024	0,8979	0,5%
MG BELO HORIZONTE	4º 0,8756	6º 0,8529	2,7%	0,9101	0,8803	3,4%	0,8395	0,8058	4,2%	0,8773	0,8725	0,6%
SC FLORIANÓPOLIS	5º 0,8737	4º 0,8679	0,7%	0,8939	0,8959	-0,2%	0,8404	0,8284	1,5%	0,8867	0,8793	0,8%
TO PALMAS	6º 0,8644	7º 0,8492	1,8%	0,8892	0,8777	1,3%	0,8772	0,8548	2,6%	0,8268	0,8150	1,4%
GO GOIÂNIA	7º 0,8610	9º 0,8440	2,0%	0,9037	0,8871	1,9%	0,7844	0,7596	3,3%	0,8950	0,8853	1,1%
MS CAMPO GRANDE	8º 0,8578	5º 0,8616	-0,4%	0,8729	0,8885	-1,8%	0,8066	0,8040	0,3%	0,8938	0,8923	0,2%
RJ RIO DE JANEIRO	9º 0,8501	8º 0,8445	0,7%	0,8935	0,8805	1,5%	0,8149	0,8095	0,7%	0,8417	0,8434	-0,2%
RS PORTO ALEGRE	10º 0,8329	11º 0,8101	2,8%	0,8572	0,8028	6,8%	0,7589	0,7472	1,6%	0,8826	0,8804	0,2%
MT CUIABÁ	11º 0,8292	13º 0,8030	3,3%	0,8594	0,8108	6,0%	0,7781	0,7571	2,8%	0,8499	0,8410	1,1%
PE RECIFE	12º 0,8258	12º 0,8088	2,1%	0,9126	0,8848	3,1%	0,7382	0,7176	2,9%	0,8268	0,8239	0,3%
PI TERESINA	13º 0,8181	10º 0,8376	-2,3%	0,8496	0,8884	-4,4%	0,7941	0,7719	2,9%	0,8107	0,8525	-4,9%
RN NATAL	14º 0,8156	14º 0,8012	1,8%	0,9017	0,8819	2,2%	0,7337	0,7241	1,3%	0,8112	0,7975	1,7%
RO PORTO VELHO	15º 0,8072	15º 0,7965	1,3%	0,9786	0,9715	0,7%	0,7148	0,7052	1,4%	0,7284	0,7128	2,2%
PB JOÃO PESSOA	16º 0,7987	17º 0,7862	1,6%	0,8749	0,8494	3,0%	0,6905	0,6865	0,6%	0,8305	0,8227	0,9%
SE ARACAJU	17º 0,7978	16º 0,7926	0,7%	0,9083	0,8957	1,4%	0,6823	0,6726	1,4%	0,8027	0,8097	-0,9%
CE FORTALEZA	18º 0,7880	18º 0,7841	0,5%	0,8795	0,8917	-1,4%	0,7268	0,7120	2,1%	0,7577	0,7486	1,2%
PA BELÉM	19º 0,7855	19º 0,7662	2,5%	0,8965	0,8667	3,4%	0,6752	0,6672	1,2%	0,7849	0,7647	2,6%
MA SÃO LUÍS	20º 0,7831	23º 0,7510	4,3%	0,8028	0,7090	13,2%	0,7877	0,7890	-0,2%	0,7589	0,7549	0,5%
BA SALVADOR	21º 0,7697	20º 0,7636	0,8%	0,8791	0,9113	-3,5%	0,6550	0,6166	6,2%	0,7750	0,7630	1,6%
AC RIO BRANCO	22º 0,7691	24º 0,7107	8,2%	0,8237	0,6697	23,0%	0,7429	0,7303	1,7%	0,7407	0,7323	1,1%
RR BOA VISTA	23º 0,7687	21º 0,7622	0,8%	0,8184	0,8296	-1,3%	0,6962	0,6708	3,8%	0,7914	0,7863	0,6%
AL MACEIÓ	24º 0,7449	22º 0,7605	-2,0%	0,8140	0,8708	-6,5%	0,6179	0,5923	4,3%	0,8028	0,8183	-1,9%
AP MACAPÁ	25º 0,7194	25º 0,6991	2,9%	0,8380	0,8057	4,0%	0,6516	0,6339	2,8%	0,6685	0,6577	1,6%
AM MANAUS	26º 0,7043	26º 0,6798	3,6%	0,7170	0,6461	11,0%	0,6773	0,6732	0,6%	0,7187	0,7203	-0,2%

Estados

No ranking do IFDM-Estados 2010, São Paulo e Paraná mantiveram as duas primeiras colocações pelo sexto ano consecutivo. O grande destaque, no entanto, coube a Santa Catarina, estado que alcançou grau de alto desenvolvimento (IFDM acima de 0,8 pontos) e assumiu a terceira colocação, que antes pertencia ao Rio de Janeiro. Minas Gerais e Rio Grande do Sul também entraram no rol dos estados com alto grau de desenvolvimento. Com essas conquistas o número de estados com essa classificação passou de três em 2009 para seis em 2010.

Esses três estados que ultrapassaram a barreira dos 0,8 pontos em 2010 foram beneficiados pela conjuntura econômica favorável, que resultou em incrementos significativos do indicador *Emprego&Renda* – Minas Gerais e Rio Grande do Sul alcançaram também a classificação de alto desenvolvimento nessa vertente. Além disso, todos eles cresceram em *Educação* e *Saúde*.

Na parte de baixo do ranking dos estados, Alagoas seguiu com o pior desempenho: praticamente não evoluiu no IFDM 2010, mantendo-se como o único estado brasileiro com grau de desenvolvimento regular (abaixo de 0,6 pontos). Apesar do avanço registrado na área de *Educação*, os três indicadores que compõem o IFDM estão bem abaixo da média brasileira, especialmente o de *Emprego&Renda*.

Em relação a 2009, as maiores variações no IFDM ficaram com o Pará (5,2%) que, enfim, alcançou a classificação de desenvolvimento moderado, Pernambuco (6,0%) e Maranhão (4,8%). Nos três estados, a principal contribuição para o crescimento do IFDM partiu da vertente *Emprego&Renda*. Em Pernambuco, o resultado tem significativa influência das obras de infraestrutura do complexo industrial portuário de Suape⁴.

O único estado a apresentar variação negativa do IFDM (-1,1%) em 2010 foi Roraima, também sob influência da vertente *Emprego&Renda*. O estado não avançou nessa área, com redução na remuneração de seus trabalhadores e pouca oferta de novos postos de trabalho. Com isso, perdeu três colocações no ranking dos estados.

A Tabela II apresenta os resultados do IFDM e de suas vertentes nos estados, para os anos de 2010 e 2009.

4 Dos 98 mil empregos gerados em Pernambuco em 2010, 40 mil foram em Recife e 15 mil em Ipojuca, cidade onde está localizado o porto.

Tabela II: Estados: IFDM e Vertentes

ESTADOS	IFDM 2010	IFDM 2009	var. 10/09	Emprego e Renda			Educação			Saúde		
				2010	2009	Var	2010	2009	Var	2010	2009	Var
Brasil	0,7899	0,7603	3,9%	0,7914	0,7286	8,6%	0,7692	0,7506	2,5%	0,8091	0,8018	0,9%
SP SÃO PAULO	1º 0,8940	1º 0,8796	1,6%	0,8843	0,8688	1,8%	0,9143	0,8909	2,6%	0,8834	0,8789	0,5%
PR PARANÁ	2º 0,8427	2º 0,8226	2,4%	0,8376	0,8022	4,4%	0,7957	0,7759	2,6%	0,8948	0,8898	0,6%
SC SANTA CATARINA	3º 0,8261	4º 0,7953	3,9%	0,7846	0,7149	9,8%	0,8356	0,8216	1,7%	0,8582	0,8494	1,0%
RJ RIO DE JANEIRO	4º 0,8230	3º 0,8062	2,1%	0,8745	0,8541	2,4%	0,7690	0,7422	3,6%	0,8254	0,8222	0,4%
MG MINAS GERAIS	5º 0,8197	5º 0,7928	3,4%	0,8256	0,7827	5,5%	0,8081	0,7820	3,3%	0,8255	0,8138	1,4%
RS RIO GRANDE DO SUL	6º 0,8190	6º 0,7852	4,3%	0,8317	0,7496	11,0%	0,7515	0,7364	2,1%	0,8737	0,8698	0,5%
ES ESPÍRITO SANTO	7º 0,7774	8º 0,7547	3,0%	0,6357	0,6070	4,7%	0,8430	0,8076	4,4%	0,8534	0,8495	0,5%
DF DISTRITO FEDERAL	8º 0,7709	7º 0,7609	1,3%	0,6112	0,6153	-0,7%	0,8388	0,8145	3,0%	0,8626	0,8530	1,1%
GO GOIÁS	9º 0,7580	9º 0,7368	2,9%	0,6757	0,6356	6,3%	0,7564	0,7416	2,0%	0,8419	0,8330	1,1%
CE CEARÁ	10º 0,7333	12º 0,7129	2,9%	0,6645	0,6430	3,3%	0,7403	0,7133	3,8%	0,7951	0,7824	1,6%
PE PERNAMBUCO	11º 0,7320	14º 0,6902	6,0%	0,7463	0,6428	16,1%	0,6739	0,6618	1,8%	0,7757	0,7661	1,3%
MS MATO GROSSO DO SUL	12º 0,7319	10º 0,7256	0,9%	0,5998	0,5932	1,1%	0,7571	0,7499	1,0%	0,8389	0,8338	0,6%
MT MATO GROSSO	13º 0,7303	11º 0,7131	2,4%	0,5902	0,5728	3,0%	0,7670	0,7390	3,8%	0,8338	0,8276	0,8%
RO RONDÔNIA	14º 0,7161	13º 0,7024	2,0%	0,6901	0,6812	1,3%	0,7094	0,6932	2,3%	0,7488	0,7326	2,2%
SE SERGIPE	15º 0,6920	16º 0,6709	3,1%	0,6433	0,6005	7,1%	0,6730	0,6561	2,6%	0,7596	0,7560	0,5%
RN RIO GRANDE DO NORTE	16º 0,6898	17º 0,6647	3,8%	0,5631	0,5224	7,8%	0,7254	0,6956	4,3%	0,7809	0,7763	0,6%
TO TOCANTINS	17º 0,6884	15º 0,6800	1,2%	0,5456	0,5415	0,8%	0,7493	0,7398	1,3%	0,7703	0,7585	1,6%
BA BAHIA	18º 0,6803	19º 0,6535	4,1%	0,7292	0,6947	5,0%	0,6025	0,5675	6,2%	0,7092	0,6982	1,6%
PI PIAUÍ	19º 0,6619	20º 0,6515	1,6%	0,5403	0,5375	0,5%	0,6864	0,6584	4,3%	0,7590	0,7586	0,0%
PB PARAÍBA	20º 0,6593	21º 0,6351	3,8%	0,5352	0,4937	8,4%	0,6548	0,6394	2,4%	0,7880	0,7723	2,0%
RR RORAIMA	21º 0,6464	18º 0,6538	-1,1%	0,5435	0,5882	-7,6%	0,6531	0,6399	2,0%	0,7427	0,7332	1,3%
MA MARANHÃO	22º 0,6337	24º 0,6046	4,8%	0,5563	0,4879	14,0%	0,6608	0,6456	2,4%	0,6839	0,6804	0,5%
AC ACRE	23º 0,6328	22º 0,6175	2,5%	0,5687	0,5199	9,4%	0,6478	0,6424	0,8%	0,6820	0,6903	-1,2%
PA PARÁ	24º 0,6277	26º 0,5966	5,2%	0,5998	0,5164	16,1%	0,6041	0,6033	0,1%	0,6794	0,6700	1,4%
AM AMAZONAS	25º 0,6233	23º 0,6064	2,8%	0,5430	0,5068	7,1%	0,6479	0,6394	1,3%	0,6789	0,6730	0,9%
AP AMAPÁ	26º 0,6206	25º 0,6008	3,3%	0,5628	0,5377	4,7%	0,6401	0,6155	4,0%	0,6588	0,6491	1,5%
AL ALAGOAS	27º 0,5943	27º 0,5933	0,2%	0,4402	0,4689	-6,1%	0,6036	0,5740	5,2%	0,7392	0,7369	0,3%

Resultados da Década

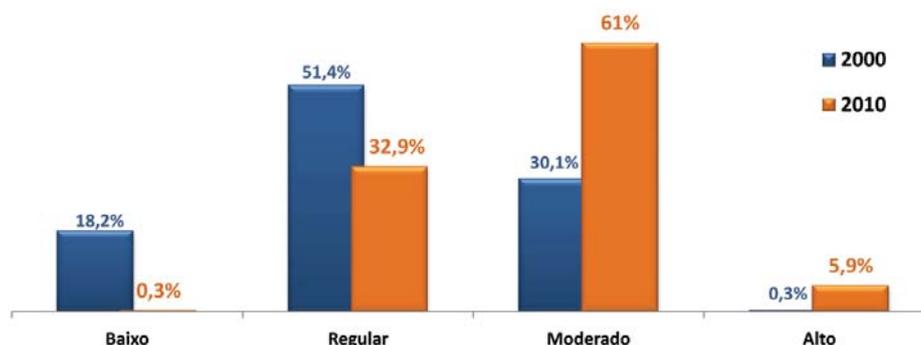
Panorama Geral

O IFDM tem como diferencial o acompanhamento anual do desenvolvimento, uma vez que o monitoramento sistemático de cada um dos 5.565 municípios brasileiros permite antecipar tendências, enxergar oportunidades locais e direcionar políticas públicas. Contudo, o desenvolvimento não é resultado de apenas um ano e sim fruto de um conjunto de ações ao longo do tempo. Por isso, a edição de 2012, com dados de 2010, traz uma oportunidade única de olhar as transformações socioeconômicas do Brasil na primeira década do século XXI.

Entre 2000 e 2010 há evidente mudança dos níveis de desenvolvimento dos municípios brasileiros. Em 2000, 18,2% possuíam índices de baixo desenvolvimento, em 2010, esse percentual praticamente se extinguiu, limitando-se a apenas 0,3%, ou seja, somente 6 municípios brasileiros ainda têm acesso precário a condições básicas de saúde e educação e um mercado de trabalho muito pouco desenvolvido⁵. Em paralelo, houve redução significativa do percentual de municípios de desenvolvimento regular, de 51,4% para 32,9% — Gráfico 2.

2.055 municípios brasileiros migraram para as classificações mais altas de desenvolvimento.

Gráfico 2: Distribuição dos Municípios Brasileiros por Intervalos de Desenvolvimento

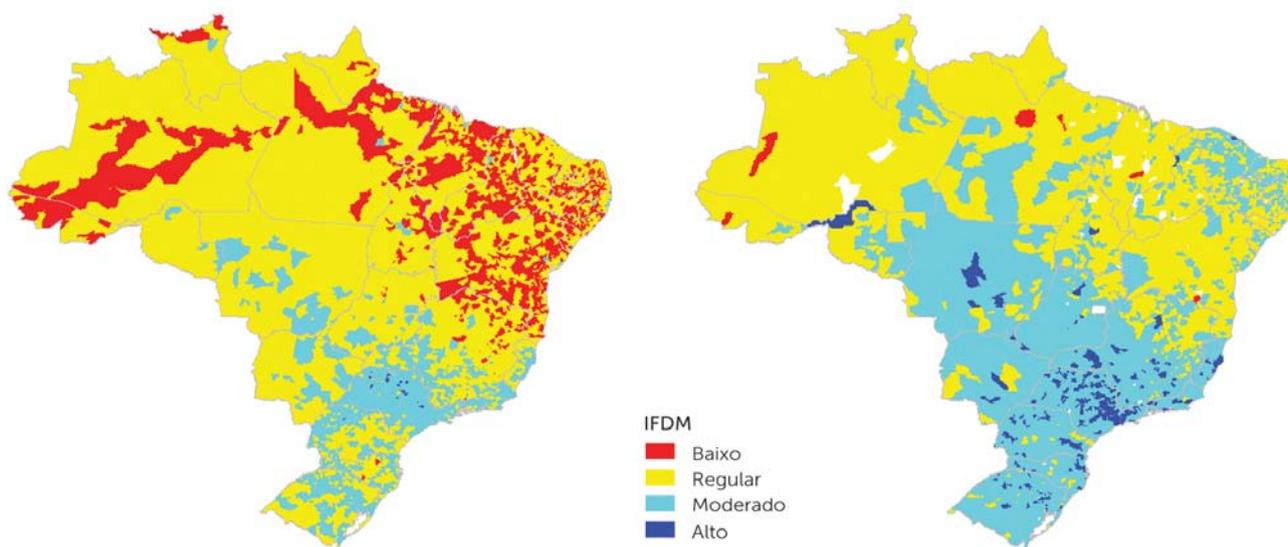


Esses movimentos desencadearam uma grande migração de municípios para os níveis mais altos de desenvolvimento. Com efeito, ao longo da última década a participação de municípios com IFDM moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos) mais que dobrou, passando de 30,1% em 2000 (1.655 municípios) para 61,0% em 2010 (3.391 municípios). O grupo de municípios de alto desenvolvimento (IFDM acima de 0,8 pontos) também cresceu, mas ainda são poucos os que conseguiram alcançar esta classificação: em 2000, eram apenas 19, agora são 328 municípios.

⁵ Em 2010, doze municípios pontuaram abaixo de 0,4 pontos, entretanto, seis deles receberam zero na vertente Emprego e Renda por falta ou inconsistência da declaração da RAIS de 2010 e, portanto, não foram avaliados no resultado final.

Alto desenvolvimento ainda é privilégio para apenas 328 dos 5.563 municípios⁶ do País.

Os mapas georreferenciados dos resultados do IFDM permitem uma análise detalhada do desenvolvimento brasileiro na última década. A comparação dos mapas de 2000 e 2010 não deixa dúvidas das profundas transformações socioeconômicas pelas quais o país passou no período. Observa-se redução significativa das áreas em vermelho, representativas de baixo desenvolvimento, e avanço das áreas em azul claro, indicativas de desenvolvimento moderado e que em 2010 tornaram-se predominantes.

Um Brasil menos desigual, mas ainda dividido em dois.**Figura 1: IFDM 2000 Georreferenciado****Figura 2: IFDM 2010 Georreferenciado**

De fato, a imagem clássica de “dois Brasis” permanece. No entanto, pelas imagens é possível identificar significativa mudança nos padrões de desenvolvimento da região Nordeste, assim como a ascensão do Centro-Oeste a padrões semelhante aos observados no Sudeste e no Sul e a consolidação de áreas de alto desenvolvimento, em especial no interior de SP. Da mesma forma, fica evidente que um dos principais desafios para a segunda década do milênio é levar o desenvolvimento ao interior da região Nordeste e aos extremos da região Norte.

6 O Brasil possui 5.565 municípios, porém Brasília por sua característica única de município-estado foi avaliado apenas como estado e Nazaríá—PI não possuía dados estatísticos para avaliação nas três vertentes referentes a 2010.

BOX: Um Brasil sem desenvolvimento

Os resultados do IFDM não deixam dúvidas quanto à significativa transformação socioeconômica pela qual passou o Brasil na última década. Afinal, dos mais de 5.500 municípios brasileiros, 2.055 ascenderam (36,9%) à condição de desenvolvimento moderado a alto nesse período. Nesse cenário, destoam os municípios que em 2010 ainda apresentaram baixo desenvolvimento, ou seja, aqueles com IFDM abaixo de 0,4 pontos e representados pelos pontos vermelhos do mapa georreferenciado de 2010.

São seis municípios do Norte e do Nordeste do País, geograficamente situados em locais de difícil acesso: Jordão—AC, São Paulo de Olivença—AM, Tremedal—BA, Bagres—PA, Porto de Moz—PA e Fernando Falcão—MA. Em comum, esses municípios têm graves lacunas em todas as vertentes acompanhadas pelo IFDM. Ainda que não sejam os piores de cada área de desenvolvimento, o quadro que se descortina é de uma realidade socioeconômica precária.

Esses municípios não desenvolveram o mercado de trabalho. Dessa forma, no final da década somavam pouco mais de 3,2 mil postos formais de trabalho para uma população de mais de 120 mil habitantes — no Brasil essa relação é de 46 milhões de empregos para 190 milhões de habitantes. Para se ter uma ideia, o que gerou mais postos de trabalho em 2010, gerou 3 (três) — Bagres—PA. Mais do que isso, em cinco dos seis municípios houve redução do salário médio frente a 2009. Isso quer dizer que os poucos trabalhadores que lá existem passaram a ganhar menos, em média.

Em educação a realidade contrasta com a brasileira, mesmo naquelas variáveis que a média nacional ainda não alcançou alto desenvolvimento. Em média, enquanto no Brasil 40% das crianças até 6 anos estão em creches e pré-escola, nesses municípios esse percentual não chega 25%. No ensino fundamental há um problema claro de atração de profissionais bem formados, haja vista que a maioria desses municípios não tem sequer 10% de seus professores com diploma de ensino superior — na cidade de Jordão—Acre apenas 3,1% dos docentes tinha essa qualificação em 2010. Nesse cenário, São Paulo de Olivença—AM é o destaque com 39%, ainda assim é quase a metade da média observada no País, de 74%.

No que diz respeito à saúde, os dados de atendimento às gestantes, por exemplo, saltam aos olhos. Como preconizado pela Organização Mundial da Saúde, as gestantes devem fazer no mínimo sete consultas pré-natal. Em 2010, isso ocorreu com 58% das grávidas brasileiras⁷, e esse número cresce ano a ano. No entanto, em Jordão—AC, Fernando Falcão—MA e Porto de Moz—PA menos de 10% das gestantes foram ao médico mais de seis vezes antes de ter seu bebê, em São Paulo de Olivença—AM menos de 1%. Nesse grupo, Bagre—PA com 33% e Tremedal—BA com 25% são os “menos piores”.

De fato, a dificuldade em chegar nesses municípios tem influência sobre esses resultados, mas essa não pode ser a barreira para que os 121.975 habitantes desses municípios fiquem à margem do desenvolvimento. Afinal, são brasileiros que também têm direito à *Saúde, Educação e Emprego&Renda*.

7 O IFDM utiliza média trienal em saúde.

Regiões do Brasil

A leitura dos resultados regionais evidencia as diversidades que caracterizam o Brasil. Por um lado, as regiões Sul e Sudeste — que juntas possuem 51% dos municípios brasileiros — mantiveram maciça predominância entre os 500 maiores IFDMs com 91,2% de participação em 2010 (Gráfico 3). Por outro lado, Norte e Nordeste — onde estão 40% dos municípios brasileiros — permaneceram dominantes entre os 500 menores, tendo aumentado ainda mais a participação para 96,4 % dos municípios nessa faixa do ranking em 2010 (Gráfico 4).

Gráfico 3: 500 maiores IFDM

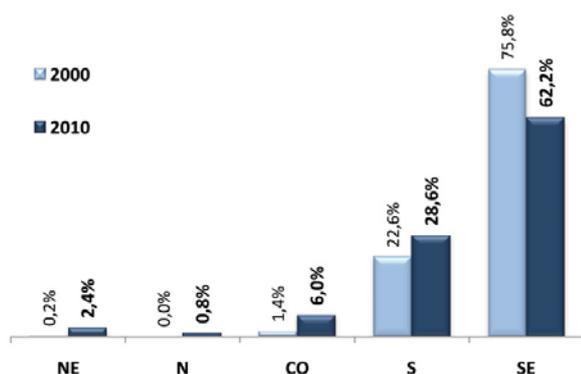
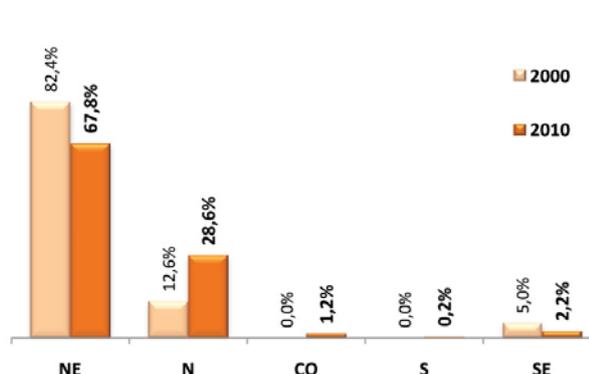


Gráfico 4: 500 menores IFDM



Entre os maiores, destaque para a ascensão de municípios das regiões Sul e Centro-Oeste, em sua maioria gaúchos, catarinenses, goianos e mato-grossenses, que na última década cresceram de forma acelerada. Dessa forma, ganharam espaço da região Sudeste, principalmente de municípios de São Paulo. Em menor proporção, as regiões Norte e Nordeste também tomaram espaço do Sudeste: em 2010, 16 municípios do Top 500 pertenciam a estas regiões, contra apenas um em 2000. Destes, doze são capitais.

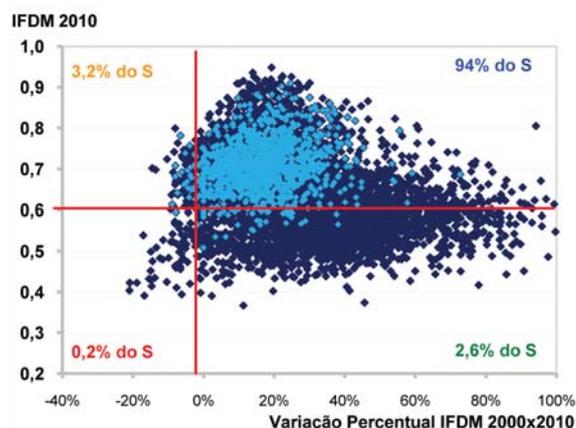
Na outra ponta do ranking, entre os municípios com os menores índices de desenvolvimento do país, houve redução da participação do Nordeste na última década para entrada de municípios do Norte, região cuja participação entre os 500 menores IFDMs mais do que dobrou entre 2000 e 2010, principalmente pela entrada de municípios do Pará. Há de se ressaltar que essa mudança na composição dos 500 menores IFDMs, no entanto, se deve a maior evolução do desenvolvimento no Nordeste do que por redução dos indicadores da região Norte, que também se desenvolveu no período, porém de forma mais lenta.

A análise de cada região brasileira retrata padrões específicos de desenvolvimento. Esta pode ser feita com base no gráfico de quadrantes, onde os municípios de cada região são projetados sobre o universo de municípios brasileiros — em azul escuro. Os municípios de IFDM moderado a alto situam-se na parte superior do gráfico (acima da linha de 0,6 pontos) e os municípios de IFDM regular a baixo na parte inferior (abaixo da linha de 0,6 pontos). A visualização dos quadrantes permite ainda identificar a evolução — negativa ou positiva — dos municípios mediante a leitura dos quadrantes à esquerda ou à direita, respectivamente.

Região Sul é a mais desenvolvida e com menor desigualdade entre seus municípios.

Na última década a região Sul se consolidou como a mais desenvolvida do Brasil. Praticamente todos os municípios (96,6%) evoluíram no período (quadrantes Azul e Verde). Com efeito, em 2010, 97,2% foram classificados com desenvolvimento moderado a alto — em 2000 esse percentual era de 55,1%. No Gráfico 5, a concentração de municípios acima de 0,6 pontos, ou seja, na parte de cima da pirâmide brasileira, confirma a posição privilegiada em relação ao restante do País, bem como a homogeneidade do desenvolvimento na região.

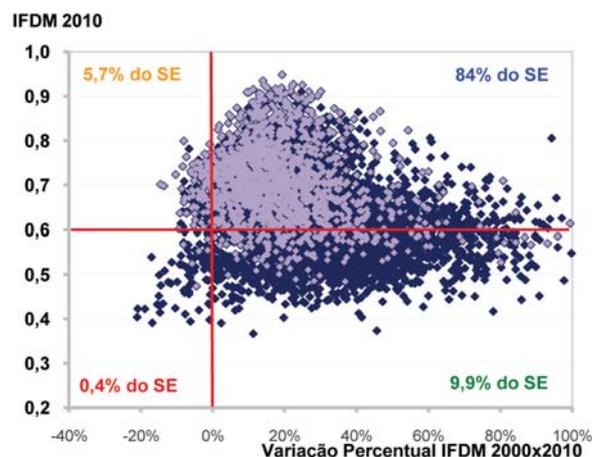
Gráfico 5: Dispersão Região SUL



Apesar de ter os municípios mais desenvolvidos do país, a região Sudeste é marcada por elevada desigualdade.

A região Sudeste também se destacou na última década, quando 93,9% de seus municípios (1.464) registraram crescimento do IFDM — quadrantes Azul e Verde. O Gráfico 6 mostra ainda que os municípios do Sudeste (em lilás) dominam o topo da pirâmide brasileira. Isso quer dizer que a região concentra as cidades mais desenvolvidas do país: 86 dos 100 maiores IFDMs são do Sudeste. No entanto, quando comparada à região Sul, mostra-se significativamente mais desigual: 10,4% dos seus municípios estão abaixo de 0,6 pontos, proporção três vezes superior a da região Sul.

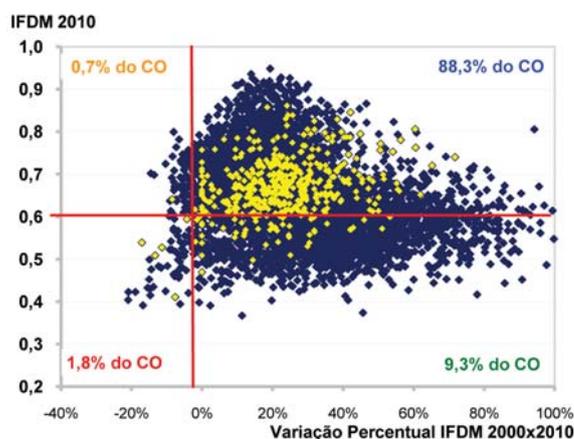
Gráfico 6: Dispersão Região SUDESTE



Centro-Oeste alcançou padrões de desenvolvimento semelhantes ao do Sudeste.

Em 2010, 88,5% dos municípios do Centro-Oeste registraram IFDM acima de 0,6 pontos (quadrantes **Azul** e **Amarelo**), percentual muito próximo ao observado na região Sudeste (89,7%). Em 2000, apenas 18,4% dos municípios da região estavam nessa situação. Isso significa que dos 465 municípios da região, 327 ascenderam à condição de desenvolvimento moderado a alto na última década, refletindo não só o avanço do indicador de *Emprego&Renda*, impulsionado pelo desenvolvimento do agronegócio, como também melhorias nas áreas de Educação e Saúde.

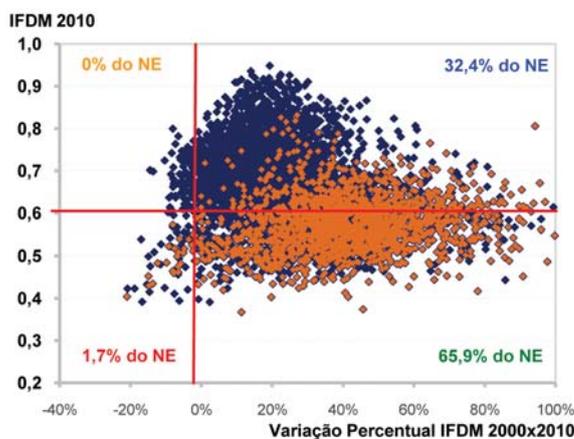
Gráfico 7: Dispersão Região CENTRO-OESTE



O Nordeste foi a região que mais avançou na última década, mas a distância para as regiões SE, S e CO ainda é grande.

Na última década, o Nordeste foi a região brasileira que mais evoluiu: 97,8% dos seus municípios apresentaram crescimento do IFDM – quadrantes **Azul** e **Verde**. Esse movimento refletiu, sobretudo, a melhoria dos indicadores de Saúde e Educação, nos quais 95,9% das cidades nordestinas avançaram concomitantemente. Não obstante, 67,6% dos municípios da região ainda apresentam IFDM abaixo de 0,6 pontos, isto é, têm nível de desenvolvimento baixo ou regular. A concentração de municípios nordestinos (em laranja) na parte de baixo da pirâmide (quadrantes **Vermelho** e **Verde**) ilustra esse quadro.

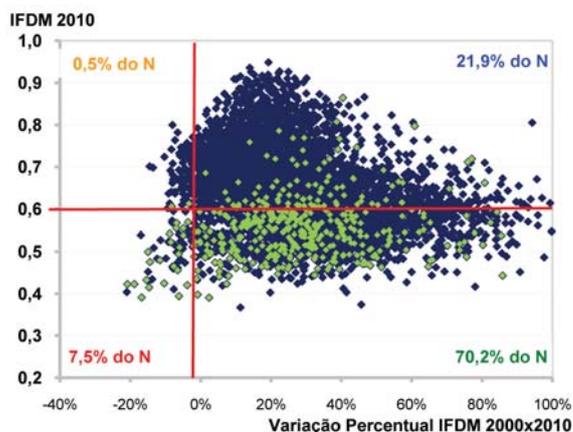
Gráfico 8: Dispersão Região NORDESTE



O Norte é a região mais atrasada do País: 77% dos municípios ainda têm desenvolvimento regular ou baixo.

A região Norte destoou das demais regiões do país, não só pela baixa pontuação alcançada por seus municípios no IFDM, como, principalmente, pela lenta evolução ao longo da década. A região tem a maior proporção (77,7%) de municípios classificados como de desenvolvimento baixo ou regular (abaixo de 0,6 pontos). Além disso, 8% das cidades estão em situação pior do que a registrada em 2000. No norte do país, apenas dois municípios possuem alto desenvolvimento.

Gráfico 9: Dispersão Região NORTE



Áreas de Desenvolvimento

I. Emprego&Renda

O IFDM—*Emprego&Renda* acompanha o mercado formal de trabalho, com base nos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Como o próprio nome sugere, o indicador trabalha com dois subgrupos, ambos com o mesmo peso (50% do total) no indicador final: emprego formal (postos de trabalho gerados) e renda (remuneração média mensal do trabalhador formal).

Em 2010, dois municípios⁸ alcançaram a nota máxima (1,00) na vertente *Emprego&Renda* do IFDM: Ipojuca—PE, pelo segundo ano consecutivo, e Araucária—PR. No primeiro, o complexo industrial portuário de Suape é o grande responsável pela geração de emprego e renda, enquanto no segundo, grande obra de construção e modernização do parque de refinarias é que tem movimentado a economia local. No outro extremo do ranking está Pajeú do Piauí—PI (0,0474 pontos), cidade onde a administração pública respondeu por quase a totalidade (94,9%) dos pouco mais de 90 vínculos empregatícios registrados em 2010.

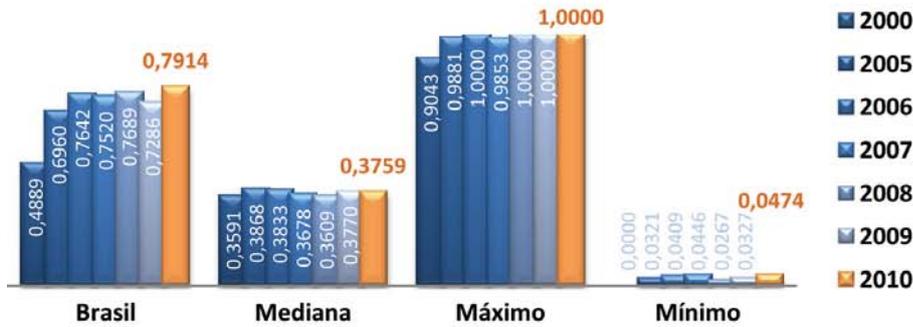
Entre as capitais brasileiras, destacaram-se Porto Velho—RO (0,9786), que manteve o primeiro lugar em função da significativa movimentação de trabalhadores para atender às obras das usinas de Jirau e Santo Antônio, Curitiba—PR (0,9126), que assumiu a vice-liderança ao dobrar a geração de empregos frente a 2009, e Recife—PE (0,9126), que galgou seis posições em relação à medição a anterior.

No que diz respeito aos indicadores consolidados dos estados, São Paulo (0,8843), Rio de Janeiro (0,8745) e Paraná (0,8376) mantiveram-se no topo pelo quinto ano consecutivo. Mais dois estados obtiveram grau de alto desenvolvimento nessa vertente em 2010: Minas Gerais (0,8256) e Rio Grande do Sul (0,8317) que ficaram respectivamente com o 4º e o 5º lugares.

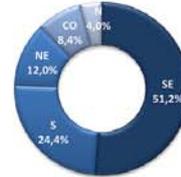
Em que pese o cenário econômico favorável de 2010, apenas 152 dos 5.563 municípios brasileiros obtiveram a classificação de alto desenvolvimento (IFDM acima de 0,8 pontos) nessa vertente. Esse resultado reflete a presença de mercados locais de trabalho pouco formalizados. De fato, 50% da força de trabalho formal do país está empregada em 1% dos municípios. Os dados mostram ainda que esse quadro pouco se alterou ao longo dos últimos 10 anos. Em 2000, mais de 95% dos municípios possuíam classificação baixa ou regular de desenvolvimento nessa vertente, em 2010, esse número continuou alto: 87,8%.

⁸ Ressalta-se que, em 2010, 49 municípios receberam nota zero em *Emprego&Renda* devido à não declaração de RAIS da administração pública, ou inconsistência na mesma. Por este motivo não foram avaliados nesta vertente.

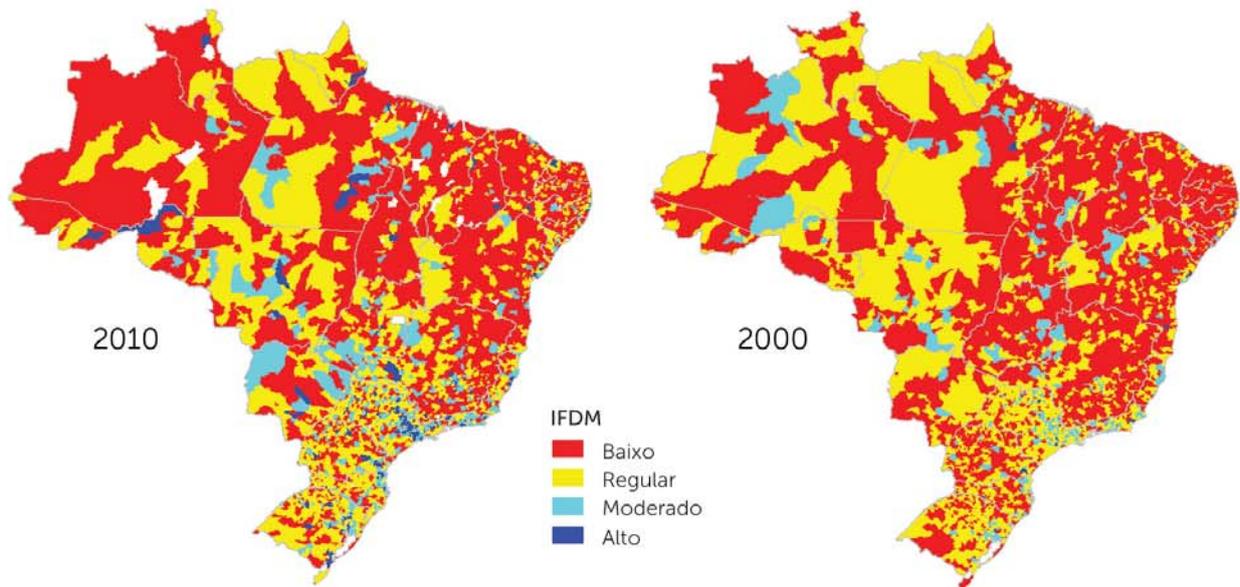
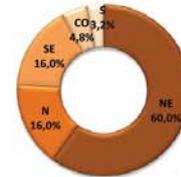
Evolução IFDM – Emprego & Renda



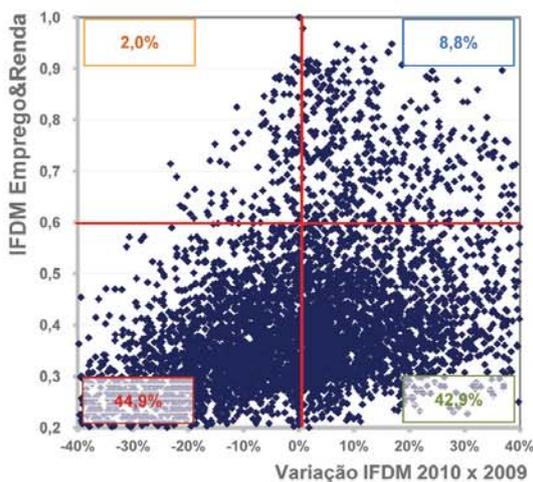
Participação absoluta entre os 500 maiores de E&R 2010



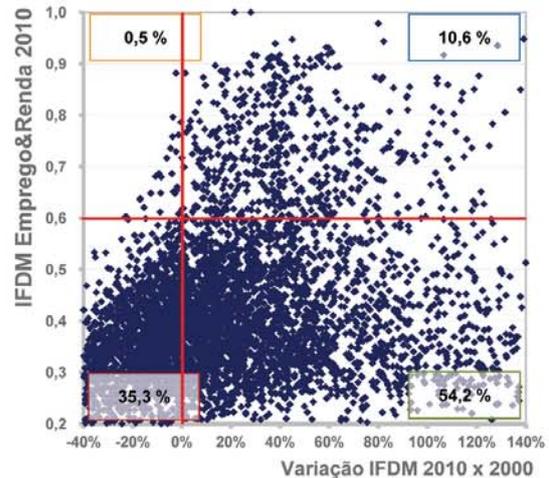
Participação absoluta entre os 500 menores de E&R 2010



2010 X 2009



2010 X 2000



II. Educação

O IFDM-Educação foi idealizado para captar tanto a oferta como a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental nos municípios brasileiros, de acordo com as competências constitucionais dos municípios. Desse modo, apesar de não ser viável e/ou eficiente esperar que haja uma universidade em todo município brasileiro — nem mesmo ensino médio, esse de competência estadual — pode-se exigir que todo município apresente ensino fundamental de qualidade.

Em 2010, nove municípios atingiram a nota máxima no IFDM-*Educação*, todos de São Paulo — Marapoama, Meridiano, Taguaí, Fernão, Santa Salete, Turmalina, Rubineia, Dolcinópolis, Oscar Bressane, estes dois últimos repetindo o desempenho de 2009. Na outra ponta do ranking, o pior resultado ficou com Bagre—PA (0,3746).

O estado de São Paulo manteve liderança esmagadora no ranking de educação: dos 100 melhores resultados de 2010, 98 são paulistas. Entre os 500 melhores, são 408⁹ paulistas. Na sequência aparecem Minas Gerais (26), Santa Catarina (14), Rio Grande do Sul (14) e Espírito Santo (14). Entre os 500 piores resultados nessa vertente, a Bahia segue com o maior número de municípios (191), seguida pelo Pará (68).

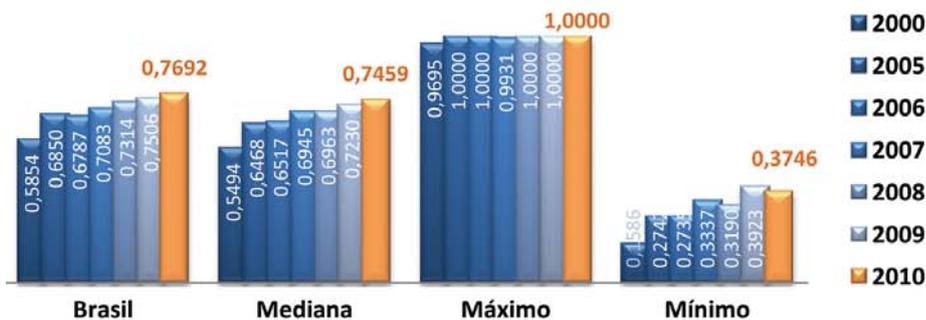
Em linha com o resultado de seus municípios, o índice consolidado do estado de São Paulo o colocou, mais uma vez, como primeiro do ranking estadual no IFDM-*Educação*, com 0,9143 pontos. Na sequência desse ranking estão Espírito Santo (0,8430), Distrito Federal (0,8388), Santa Catarina (0,8356) e Minas Gerais (0,8081), todos com status de alto desenvolvimento em educação. Vale mencionar também que todos os 26 estados apresentaram crescimento em suas pontuações, sinalizando situação melhor do que no ano anterior.

Na comparação entre 2000 e 2010, houve melhora em quase todos os municípios brasileiros (mais de 98%), o que reforça a existência de reais e contínuos avanços na área de educação no Brasil. No IFDM-*Educação* 2010, 88,2% dos municípios foram classificados como de desenvolvimento moderado e alto (acima de 0,6 pontos), percentual mais de duas vezes superior aos 39,7% observados em 2000.

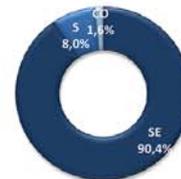
A comparação dos mapas georreferenciados a seguir não deixa dúvidas quanto à evolução do IFDM-*Educação* nos últimos 10 anos. A tonalidade azul escura evidencia a posição privilegiada da educação de São Paulo, bem como o avanço de municípios do Sudeste, do Sul e do Centro-Oeste. Além disso, observa-se forte diminuição das áreas em vermelho, que representam baixo desenvolvimento, no Norte e Nordeste do País. Destacam-se, inclusive, alguns municípios do Nordeste que alcançaram alto desenvolvimento em Educação, igualando-se a municípios do Sudeste, Sul e Centro-Oeste do País.

⁹ Mesmo em termos relativos à quantidade de municípios que possui, São Paulo apresenta indiscutível liderança. Esses 408 municípios representam 63,3% dos municípios de São Paulo. Nessa base de comparação, o Espírito Santo aparece em 2º lugar com 17,9% e Santa Catarina com 4,8% de seus municípios entre os 500 melhores IFDM-*Educação* 2010.

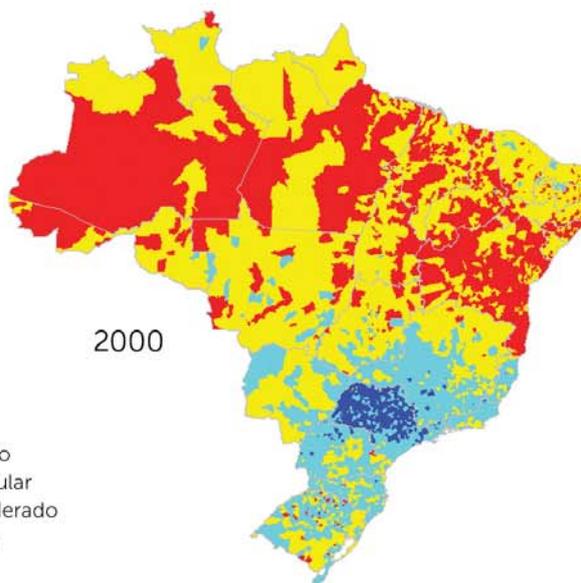
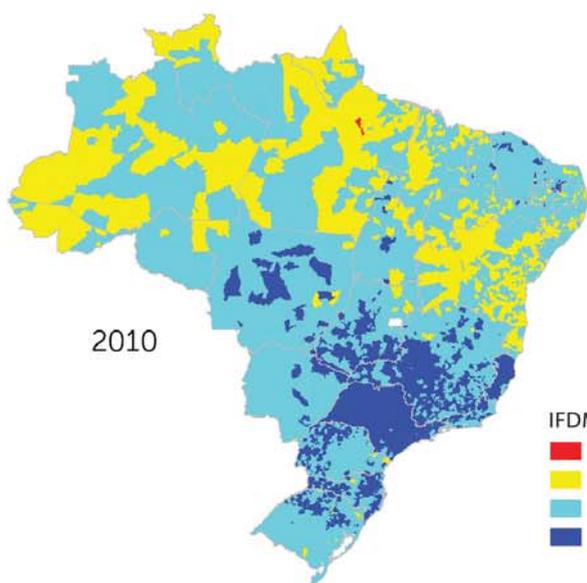
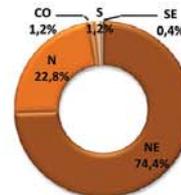
Evolução IFDM-Educação



Participação absoluta entre os 500 maiores de Educação 2010

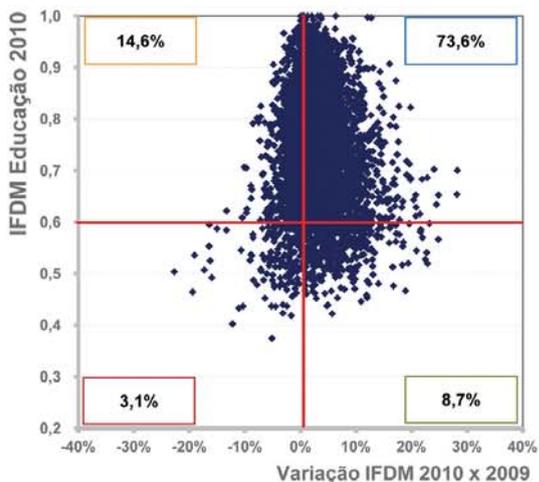


Participação absoluta entre os 500 menores de Educação 2010

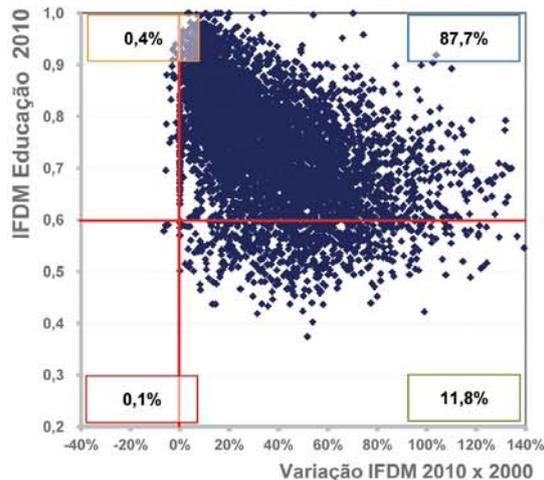


IFDM
 Baixo
 Regular
 Moderado
 Alto

2010 X 2009



2010 X 2000



III. Saúde

Segundo a OMS, a atenção básica “é o primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde pelo qual os cuidados de saúde são levados o mais proximamente possível aos lugares onde pessoas vivem e trabalham, e constituem o primeiro elemento de um continuado processo de assistência à saúde”. Partindo da premissa de que o nível primário de atendimento à população é prioritário e deve existir em todos os municípios brasileiros, o IFDM adotou as variáveis Atendimento Pré-Natal, Óbitos Mal Definidos e Óbitos Infantis por causas evitáveis por se constituírem fatores reconhecidamente de atenção básica.

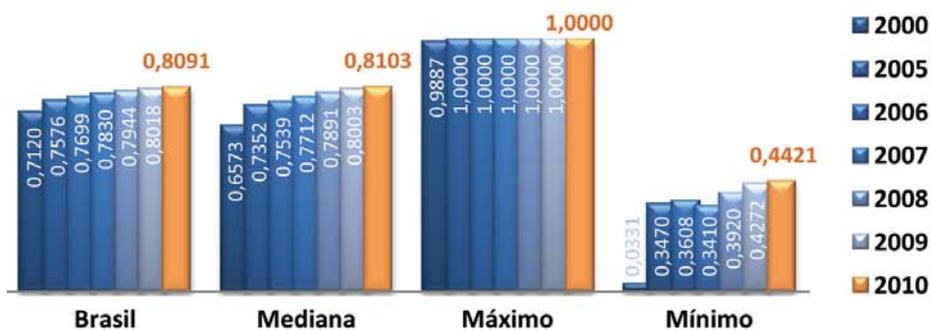
No IFDM–Saúde 2010, apenas três municípios atingiram a nota máxima (1,00): Rancho Alegre d’Oeste—PR, Dom Pedro de Alcântara—RS e Santo Antônio de Palma—RS. Na outra ponta do ranking de saúde, o menor índice ficou com São Paulo de Olivença—AM (0,4421). Pelo sexto ano consecutivo, os municípios do Rio Grande do Sul são os mais representativos no topo do ranking desta vertente: 173 dos 500 maiores IFDMs–Saúde são gaúchos. Este seleto rol tem também participação expressiva dos municípios do Paraná e de São Paulo: 113 e 84 municípios, respectivamente.

Não por acaso, esses três estados ocuparam o topo do ranking estadual de Saúde. O Paraná manteve-se em primeiro lugar (0,8948 pontos), seguido por São Paulo (0,8834) e pelo Rio Grande do Sul (0,8737). Vale ressaltar que, em 2010, os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, incluindo o Distrito Federal, foram os únicos que apresentaram classificação de alto desenvolvimento. Entre as capitais, os melhores resultados foram obtidos por Curitiba (0,9535), Vitória (0,9024) e Goiânia (0,8950). Já as últimas colocações couberam, novamente, a Porto Velho (0,7284), Manaus (0,7187) e Macapá (0,6685).

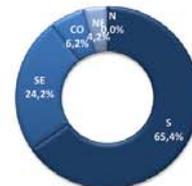
O fato do IFDM–Saúde ter superado a pontuação de 0,8 pontos reflete a melhora contínua da saúde básica no Brasil ao longo de toda a década passada. Entre 2000 e 2010, mais de 93% dos municípios brasileiros registraram crescimento do indicador. Mais do que isso, o número de municípios que superou os 0,8 pontos mais do que triplicou no período, passando de 17,2% em 2000 para 53,5% em 2010. Isso significa dizer que mais da metade dos municípios brasileiros oferece atenção básica em saúde para sua população, traduzida por acompanhamento do pré-natal de suas gestantes, baixos índices de óbitos mal definidos e infantis por causas evitáveis.

Os mapas georreferenciados ilustram esse quadro. É possível observar crescimento expressivo das áreas azuis e diminuição das áreas amarelas e vermelhas. Nesse sentido, fica clara a ascensão do Centro Oeste aos padrões do Sul e Sudeste, bem como o real avanço nas condições de Saúde de alguns municípios do Nordeste. Apesar do nítido avanço, algumas áreas de coloração amarela permanecem no mapa de 2010, marcadamente no interior do Nordeste e no Norte do país. Em todo o Brasil, são 186 cidades que ainda têm acesso precário à saúde básica, e onde vivem 3.820.244 pessoas.

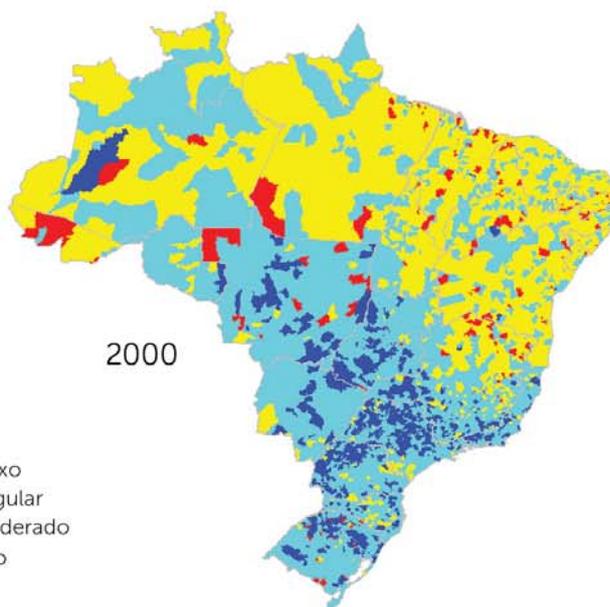
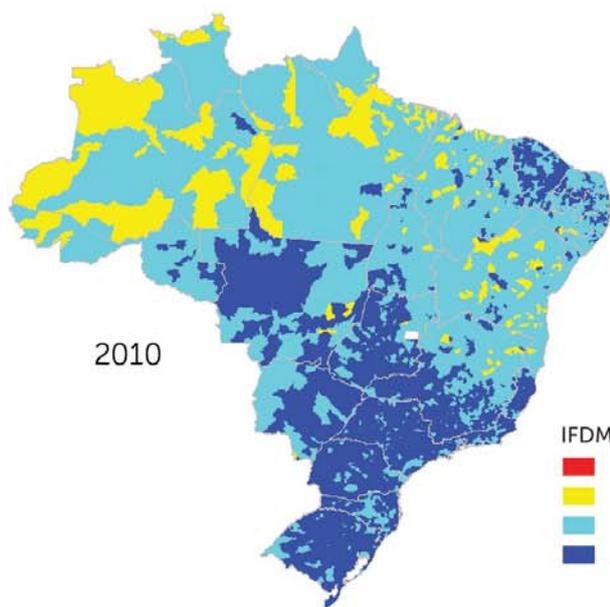
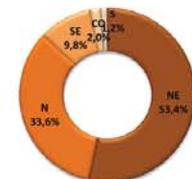
Evolução IFDM-Saúde



Participação absoluta entre os 500 maiores de Saúde 2010

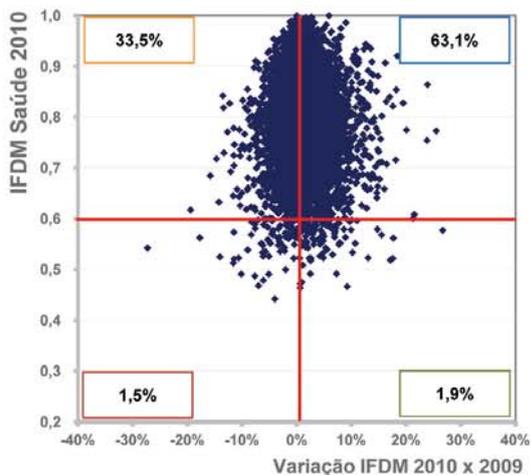


Participação absoluta entre os 500 menores de Saúde 2010

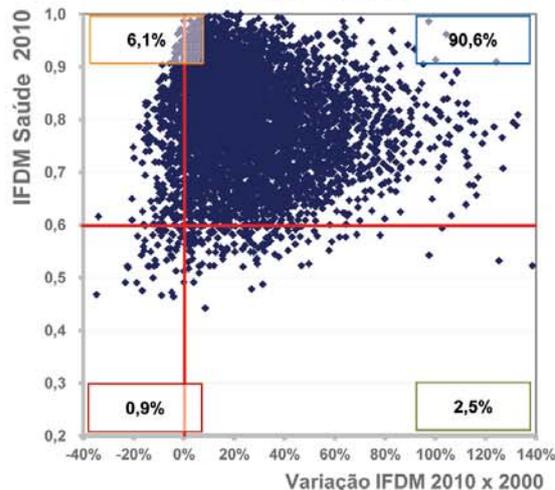


IFDM
 Baixo
 Regular
 Moderado
 Alto

2010 X 2009



2010 X 2000





NOTA METODOLÓGICA

Nota Metodológica

O IFDM considera, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento humano: Emprego&Renda, Educação e Saúde. A leitura dos resultados – seja por áreas de desenvolvimento, seja pela análise dos índices finais – é bastante simples, variando entre 0 e 1 (quanto mais próximo de 1, maior será o nível de desenvolvimento da localidade).

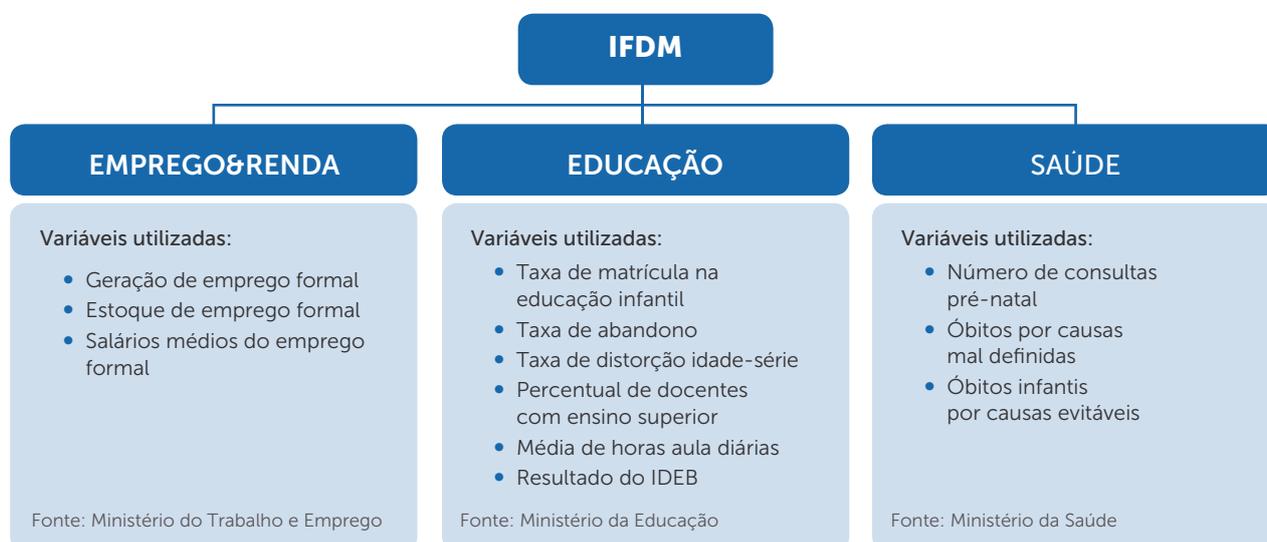
Com base nessa metodologia, estipularam-se as seguintes classificações:

- a. municípios com IFDM entre 0 e 0,4 ► **baixo** estágio de desenvolvimento;
- b. municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 ► desenvolvimento **regular**;
- c. municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 ► desenvolvimento **moderado**;
- d. municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 ► **alto** estágio de desenvolvimento.

Por ter **periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional**, a metodologia do IFDM é pioneira e única, na medida em que possibilita o acompanhamento do desenvolvimento humano, econômico e social de todos os municípios brasileiros.

A defasagem temporal entre o ano que se refere o IFDM e sua divulgação decorre do fato de serem utilizadas apenas estatísticas oficiais dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Trabalho e Emprego. Até a edição de 2010, referente ao ano de 2007, essa diferença era de três anos. A partir da edição de 2011, por esforço do Ministério da Saúde em abreviar os prazos de divulgação de seus dados, foi possível reduzir a essa defasagem do IFDM para apenas dois anos.

Quadro-Resumo das variáveis componentes do IFDM – por Área de Desenvolvimento



A primeira área abordada pelo IFDM é o **emprego formal** e a **renda** da população empregada. Além de apresentar efeito multiplicador da maior qualidade, o emprego formal impacta diretamente na economia como um todo, gerando aumento da movimentação da renda criada, melhoria do acesso ao crédito e incremento da circulação legal de mercadorias e serviços.

Além disso, nos locais onde ocorre alta formalização do mercado de trabalho, recolhem-se mais tributos, melhoram-se as condições de trabalho e respeitam-se muito mais as leis trabalhistas, o que faz com que as empresas elegíveis à atuação nos mercados nacional e internacional se tornem mais competitivas.

Conforme apontado pelo Índice do Emprego Formal do BNDES¹⁰, existe clara vinculação direta entre a qualidade de vida de uma localidade e sua taxa de emprego formal, resultado da relação entre o número de empregos e a população em idade ativa de determinado município, gerando, inclusive, impacto positivo sobre as condições do trabalho informal.

O IFDM–*Emprego&Renda* acompanha a movimentação e as características do mercado formal de trabalho, com base nos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho. As vertentes emprego formal e salário médio mensal têm o mesmo peso no indicador final de emprego e renda, cabendo a cada uma 50% do total.

IFDM – Emprego&Renda

Área	Emprego Formal (50%)						
Indicadores	Geração de Emprego t / Estoque $t-1$	Ordenação de Geração Negativa	Média Trienal da Geração de Emprego	Ordenação das Médias Negativas	Saldo Absoluto t	Saldo Absoluto $t-1$	Saldo Absoluto $t-2$
Pesos	7,5%	2,5%	7,5%	2,5%	15,0%	10,0%	5,0%
Área	Salário Médio Mensal (50%)						
Indicadores	Crescimento Real Anual	Ordenação Crescimento Anual Negativo	Crescimento Real / Média Trienal	Ordenação Crescimento Trienal Negativo	Valor Corrente do Salário t		
Pesos	5,0%	2,5%	5,0%	2,5%	35%		

O emprego formal é composto por três indicadores, o que possibilita visão mais ampla sobre as condições de geração de emprego. A primeira variável é **Taxa de Geração de Emprego Formal sobre o Estoque de Empregados**, com peso de 10% no indicador final de Emprego&Renda. A segunda, também com peso de 10%, é a **Média Trienal de Criação de Emprego**, que permite lançar um olhar de sustentabilidade quanto à variação do emprego. Por fim, leva-se em consideração o **Saldo Anual Absoluto de Geração de Empregos** (peso de 30%), que privilegia a análise dos dados mais recentes¹¹.

O indicador do salário médio mensal também é constituído por três indicadores, o que possibilita avaliar

¹⁰ Emprego Formal, Qualidade de Vida e o Papel do BNDES em: REVISTA DO BNDES, RIO DE JANEIRO, V. 14, N. 27, P. 5-26, JUN. 2007.

¹¹ Para o ano t , o peso foi de 15% e para os anos $t-1$ e $t-2$, 10% e 5%, respectivamente.

as condições de renda e poder de compra da população de cada município. A primeira vertente é a **Taxa de Crescimento do Salário Médio** (peso de 7,5%), a segunda mede a tendência de Crescimento Trienal Médio do Salário (peso de 7,5%) e a terceira avalia o **Valor Corrente Trienal do Salário** (peso de 35%), com o objetivo de captar o poder de compra propriamente dito.

A segunda área do IFDM, a Educação, constitui-se em um dos principais pilares para o desenvolvimento de um país. Não é por acaso que os países que conseguiram dar um salto em seu desenvolvimento realizaram grandes reformas em seus sistemas educacionais. Com efeito, uma população com educação de qualidade está mais apta a receber investimentos produtivos na economia, pois possui mão de obra mais qualificada – ou mais facilmente qualificável, capaz de incorporar novas tecnologias e adaptar-se às exigências do mundo moderno.

Do mesmo modo, o retorno de uma educação de qualidade não se restringe apenas ao aluno, ou à escola, mas, sobretudo, à comunidade onde a escola se insere, reforçando os valores morais, éticos e sociais e traçando as principais diretrizes para a conduta da vida em sociedade.

O IFDM–Educação foi idealizado para captar tanto a oferta como a qualidade da educação do ensino fundamental e pré-escola, oferecida nos municípios brasileiros, em escolas públicas e privadas, segundo as competências constitucionais de todo município. Desse modo, se não se espera que haja uma universidade – ou até mesmo ensino médio, esse de competência estadual – pode-se ao menos exigir que todo município apresente ensino fundamental de qualidade.

IFDM – Educação

Área	Ensino Infantil	Ensino Fundamental				
Indicadores	Atendimento Educação Infantil	Distorção Idade Série	Percentual Docentes com Curso Superior	Média de Horas-Aula Diárias	Taxa de Abandono	Média IDEB
Pesos	20,0%	10,0%	15,0%	15,0%	15,0%	25,0%

Escolas Privadas e Públicas (Municipal, Estadual e Federal) IDEB apenas Estadual e Municipal

Para atingir tal finalidade, definiu-se um conjunto de indicadores para a composição do IFDM – Educação. No que tange ao ensino infantil, considerou-se o número de matrículas em creches e pré-escolas registradas, comparativamente ao número de crianças pertencentes à faixa etária adequada a esta modalidade educacional (de 0 a 5 anos de idade), com base nos dados do Censo Escolar de 2000¹².

Considerando o ensino fundamental, houve um grande salto na cobertura oferecida para crianças em idade escolar. Se em 1970 esse percentual era de 67%, no último censo em 2000, 96,4% das crianças

¹² Como o crescimento vegetativo vem apresentando queda ao longo das últimas décadas, podemos estimar que a população em idade escolar obrigatória diminuiu nos últimos anos, diminuindo também a matrícula escolar. Por esse motivo, é possível utilizar os dados do Censo 2000 como denominador fixo, sem o risco de se incorrer em grandes distorções, capazes de prejudicar o resultado do município avaliado.

em idade escolar estavam matriculadas¹³. Dessa forma, muito mais do que investigar quantos vão à escola, a verdadeira questão que se impõe é o quanto se aprende na escola. Para tentar responder a essa questão, foram selecionados os seguintes indicadores:

- e. Taxa de Distorção Idade-série;
- f. Percentual de Docentes com Curso Superior;
- g. Número Médio Diário de Horas-Aula;
- h. Taxa de Abandono Escolar; e
- i. Resultado Médio no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Ao ensino fundamental foi atribuído peso de 80% do IFDM, distribuído entre seus cinco indicadores: 55% para indicadores-meio e 25% para indicadores-fim¹⁴. Por seu poder de influenciar a aprendizagem futura, o residual de 20% foi alocado para o ensino infantil.

A terceira e última área considerada no IFDM foi a Saúde. Analisar a Saúde através das estatísticas disponíveis é sempre um desafio, pela falta de consenso entre os pesquisadores sobre quais os melhores indicadores da situação do serviço público — principalmente se considerarmos as distintas realidades brasileiras.

A principal dificuldade está em encontrar dados fidedignos relativos a uma determinada localidade. Primeiramente, pela própria característica do sistema de Saúde, capilar e de atendimento nos municípios-polos, ou seja — frequentemente realizado em município diferente do de residência do paciente. Há que se registrar também a baixa qualidade dos registros — mesmo os obrigatórios e municipalizados — como os da atenção básica, onde ocorre com frequência a sub ou super notificação.

Para minimizar esses problemas, o IFDM-Saúde procurou focar na saúde básica e utilizar bancos de dados considerados pelos especialistas como relevantes e confiáveis. Foram então priorizados os bancos de dados dos Sistemas de Informação sobre Mortalidade¹⁵ (SIM) e os bancos de dados sobre Nascidos Vivos (Sinasc). Ademais, optou-se por indicadores de variáveis de controle reconhecidamente local, uma vez que não se pode exigir dos 5.564 municípios brasileiros hospitais de ponta em todas as especialidades médicas.

IFDM – Saúde

Área	Atenção Básica		
	Indicadores	Óbitos de causas mal definidas	Taxa de óbito de menores de 5 anos por causas evitáveis
Pesos	Percentual de mais de 6 consultas pré-natal por nascido vivo	33,3%	33,3%

13 Estima-se que atualmente o percentual de crianças matriculadas em idade escolar já ultrapasse os 98%.

14 Referente ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

15 O SIM (SIM/SVS/MS) foi criado pelo Ministério da Saúde em 1975 para a consolidação de dados sobre mortalidade, com abrangência nacional, sendo alimentado pelas secretarias municipais e estaduais de saúde com base na Declaração de Óbito.

Dessa forma, o indicador IFDM – Saúde objetivou avaliar a qualidade do Sistema de Saúde Municipal referente à Atenção Básica. Com peso de 33,3% para cada indicador, as variáveis acompanhadas foram: **Quantidade de Consultas Pré-Natal, Taxa de Óbitos Mal-Definidos; e Taxa de Óbitos Infantis por Causas Evitáveis.**

A primeira vertente mede a qualidade do atendimento à gestante, considerado um dos procedimentos mais básicos que um município deve oferecer à sua população. O indicador de Óbitos por Causas Mal Definidas está relacionado ao acesso aos serviços de saúde, uma vez que o indicador permite inferir a qualidade da atenção médica, que, em geral, varia na mesma direção das variações da qualidade no preenchimento das declarações de óbito¹⁶. Finalmente, dados sobre morte evitável podem constituir indicadores sensíveis à qualidade da atenção básica à Saúde, dos quais podem derivar medidas de resultado ou de impacto sobre a ação pública.

Para saber mais, acesse www.firjan.org.br/ifdm

16 Fonte: Pesquisas do Ministério da Saúde e da FIOCRUZ

